

Orçamento não suporta dívida

Alerta é dos economistas brasileiros que se reúnem no DF

Os economistas brasileiros não vão avaliar medidas como a de inscrever o custo da dívida pública, próprio do orçamento monetário da União, no orçamento fiscal, adotada na proposta orçamentária para 1986 que o Governo encaminhou ao Congresso Nacional, e vão deixar isso bem claro no VI Congresso Brasileiro dos Economistas. A advertência foi feita, ontem, pelo presidente do Conselho Regional de Economia do DF, Paulo Timm, ao antecipar os temas e prever a temperatura das discussões que envolverão mais de dois mil economistas de todo o País durante os três dias do encontro, que começa hoje às 10h, no Centro de Convenções de Brasília.

“A categoria já está muito desgastada com o desastre da política econômica adotada, à sua revelia e com autoritarismo, durante os últimos 20 anos, e não se justifica que seja mantida sem voz ativa justamente nessa fase de transição, em que a Nova República tem a tarefa de descobrir a melhor fórmula para tirar o País do caos sócio-econômico em que se encontra mergulhado”, comentou, frisando que “sem democracia, sem que sejam ouvidas as categorias, as entidades de classe, enfim, as lideranças de todas as áreas, essa fórmula não será encontrada e a Nova República ficará condenada a repetir os erros do passado”.

As voltas com os últimos detalhes da organização do VI Congresso, que na sua opinião vai ser o mais importante encontro da categoria dos últimos anos, “justamente pelas características do atual momento político”, Paulo Timm explica que a proposta de orçamento que o Governo encaminhou ao Congresso repete o que o ex-ministro Francisco Dornelles estava fazendo, ou seja: joga o ônus do giro, sobrecarregado pelas altas taxas de juros no **open market**, nos ombros do contribuinte. Tudo isso, critica, “para justificar a elevação da carga tributária e a ampliação nos cortes de investimentos públicos, o que trará como consequência inevitável o aumento da carga de impostos e a maior desorganização do Estado, penalizando, ainda mais, uma população já tão sacrificada”.

INFLAÇÃO

Essa desorganização, aponta Paulo Timm, está patente com os números a que chegaram a dívida pública, consolidada em 60 por cento do PIB, o déficit recorde de Cr\$ 200 trilhões previsto para 1986 e a taxa de expansão monetária deste ano, em torno de 280 por cento. Ele acredita que dentro desse quadro não há espaço para a queda da inflação que, na sua opinião, vai

atingir um patamar nunca registrado anteriormente na história econômica do Brasil, e não vê possibilidades de retorno positivo das medidas que têm sido tomadas, entre as quais cita os pactos e acordos de cavalheiros. “São medidas paliativas”, adverte, “que exemplificam bem o estreito universo de alternativas em que o Governo está envolvido”.

Além da inflação, do déficit público, dívida externa e das políticas do Governo para as áreas social e econômica, os economistas vão incluir na pauta de discussões — por sugestão dos próprios inscritos no Congresso —, temas como a fome, o problema da desigualdade sócio-econômica do Nordeste em relação às demais regiões do País, e a questão indígena. A proposta, explica Paulo Timm, é que se levantem temas para a Constituinte, “que só será legítima se for livre e soberana”.



Durante todo o domingo, movimento de inscrições no Congresso